

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CEARÁ (2001-2011): ENTRE DESAFIOS E ESPERANÇAS.

Sônia Pereira

Autora: Prof. Dra. Universidade Federal do Ceará - UFC

Célia Maria Machado de Brito

Co-autora: Profa. Dra. Universidade Estadual do Ceará-UECE

Coordenadora/Orientadora: Tânia Maria Batista de Lima

Profa. Dra. Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O artigo apresenta resultados da Pesquisa Diagnóstica das Ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no Estado do Ceará, realizada em 2011 que teve como objetivo geral analisar as ações da EJA desenvolvidas nas redes públicas de ensino e na sociedade civil, no período compreendido entre 2000 a 2011. A pesquisa objetivou: a) levantar dados de escolarização da população jovem e adulta; b) identificar características da oferta da EJA nas redes públicas de ensino e na sociedade civil; c) mapear os principais desafios para o avanço da EJA no Ceará; c) identificar a qualidade da EJA ofertada, a partir das propostas político-pedagógicas. Ela foi realizada em parceria do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos, História e Memória (NEJAHM-UFC) com a Secretaria de Educação Básica do Ceará, com financiamento do FNDE, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI – MEC).

PALAVRAS CHAVE: Políticas Públicas. Educação de Jovens e Adultos. Escolarização Diagnóstico

INTRODUÇÃO

Considerando a necessidade de aprofundamento dos diagnósticos realizados até o ano de 2011 em relação ao desenvolvimento da alfabetização e educação de jovens e adultos (EJA), os estudos propostos pela pesquisa diagnóstica de EJA buscaram elaborar um panorama da referida modalidade. As análises feitas ao longo dessa investigação atestam a importância da educação de jovens e adultos para a ampliação das oportunidades educacionais, principalmente para jovens, adultos e idosos do estado do Ceará que, anteriormente, não tiveram acesso a experiências de escolarização ou as tiveram interrompidas.

Assim o objetivo do presente texto é trazer à discussão o desenvolvimento da alfabetização e da educação de jovens e adultos, levantados por ocasião da pesquisa no que se refere ao: 1) levantamento de dados de escolarização da população jovem e adulta, identificando taxas de analfabetismo global e funcional, dentre outros; b) a identificação de características da oferta da EJA nas redes públicas de ensino e por iniciativa da sociedade civil, identificando possíveis

interações; c) aos principais desafios para o avanço da EJA na realidade local do Ceará, a curto e médio prazos; c) a qualidade da EJA ofertada, a partir das propostas político-pedagógicas, considerando as formas de articulação entre educação e trabalho, a inserção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e os avanços na legislação, com a utilização dos recursos do FUNDEB.

Para realização das análises foram levantadas informações por intermédio de questionários, observações de sala de aula, grupos focais com professores e técnicos dos municípios, entrevistas com secretários de educação dos municípios pesquisados e entrevistas de aprofundamento que se fizeram necessárias ao longo do trabalho de campo. Os sujeitos da pesquisa foram: 34 secretários municipais de educação, 36 coordenadores da EJA, 36 Gestores do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), 32 gestores de CEJA, 1.144 professores da EJA, 374 professores do PBA, 1.715 alunos da EJA e 380 alunos do PBA.

Os resultados apresentados nesta pesquisa exploratória são corroborados pelos resultados dos grupos focais, realizados com professores e com alunos, em relação aos mesmos itens, nos municípios selecionados para o estudo de caso, entre os 36 que compuseram a amostra dos estudos quantitativos.

A REALIDADE DA EJA NO CEARÁ

O panorama da educação de jovens e adultos, em Fortaleza, apesar dos avanços trazidos pelo aparato legal, vem apresentando debilidades históricas, em consequência de uma lógica que desconsidera a necessidade de um tratamento isonômico a todos os programas e modalidades, secundarizando políticas educacionais e negligenciando direitos humanos fundamentais, como o acesso ao conhecimento a toda a população jovem e adulta. Estudos realizados atestam o tratamento discriminatório recebido pela EJA em âmbito nacional. E já na Introdução da publicação de estudos realizados pela Ação Educativa, de São Paulo, Vera Masagão aponta indicações para o necessário tratamento ao afirmar:

Para fazer valer os direitos educativos de todos e todas num país marcado por desigualdades e violações como o Brasil, é preciso que a EJA seja assumida como uma política universal e permanente de ação afirmativa e reparadora, orientada explicitamente ao combate das desigualdades e à promoção de direitos. É possível e desejável que a universalidade no atendimento se componha de políticas de EJA voltadas à diversidade do seu público e que integrem múltiplas opções de oferta educativa, escolares e não escolares, mecanismos de avaliação e certificação, além de se comprometer com a busca ativa e o chamamento de seus potenciais beneficiários. (RIBEIRO, 2011, p.8)

Considerando os altos índices de analfabetismo e a necessidade de retomar as noções de que o direito humano não pode ser descumprido com hierarquizações de políticas e programas que venham a produzir discriminações, a pesquisa fez uma escuta apurada dos diferentes atores de EJA pontuando aspectos que se revelaram preocupantes e desafiadores aos sujeitos envolvidos na modalidade, sejam eles vinculados ao Estado – nas esferas federal, estadual e municipais –, sejam à sociedade civil, em suas diversas formas de organização e institucionalização, ou seja, no âmbito dos movimentos sociais, das ONGs, associações civis e outros.

Um primeiro aspecto a destacar diz respeito às condições de infraestrutura e físico-materiais que garantam um bom funcionamento da EJA. Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa manifestaram, de modo geral, insatisfação com as condições de funcionamento da EJA nos municípios, embora tenham sido reveladas também situações favoráveis e animadoras.

De forma resumida, os aspectos levantados nos municípios onde foram realizados os estudos de caso indicam que o quadro geral da EJA no Estado aponta para um funcionamento precário e de certo modo subalternizado em relação a outras prioridades ou atividades no conjunto da educação básica, o que requer das instâncias governamentais, em consonância com a política de colaboração definida desde a Carta Magna (1988), uma boa articulação para fazer valer os compromissos legais. Não se trata aqui de reivindicação ou de inexistência de aportes financeiros, pois já em 2007, em seminário nacional, o então secretário da SECADI apelou a estados e municípios pela utilização dos recursos previstos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – segundo dados do próprio secretário, a verba utilizada na EJA não chegava nem a 20% dos recursos previstos.

Compreendendo que a problemática da EJA encerra um conjunto de desafios a serem superados, um primeiro aspecto a destacar diz respeito ao aumento de investimentos na qualificação de professores e na adequação da proposta curricular à diversidade sociocultural dos educandos, superando a perspectiva compensatória e assistencialista que caracteriza a EJA no Brasil. Impõe ainda a negação da visão etapista dos gestores, que apregoam primeiramente investir em crianças, para só depois se pensar em jovens e adultos, desconsiderando que o desenvolvimento humano tanto de crianças quanto de adultos passa necessariamente pela educação, o que requer a superação na própria concepção de EJA como política de focalização, passando reconhecê-la como direito .

Nesse sentido, a pesquisa sugere que a garantia da qualidade da EJA requer a definição de estratégias político-didático pedagógicas que contemplem ações como: assegurar às escolas e aos alunos o acesso aos recursos pedagógicos e às tecnologias de informação e da comunicação;

garantir o acesso irrestrito dos alunos aos espaços e à infraestrutura das escolas em todos os turnos; possibilitar ambiente estimulante e inovador de aprendizagem; construir um currículo de forma integrada, respeitando a diversidade, a cultura e os saberes dos sujeitos (educador e educando) e um projeto político-pedagógico que expresse essa visão; a garantia da formação inicial e continuada dos professores da EJA, visando à adequada formação dos alunos; a valorização salarial e social dos professores da EJA; medidas pedagógicas referentes à presença dos(as) filhos(as) na escola, que garantam aos pais o tempo livre necessário para permanência com sucesso na sala de aula.

A mudança no perfil da EJA e as relações intergeracionais constitui outro aspecto que precisa ser repensado na perspectiva do diálogo entre saberes de jovens, adultos e idosos, e não encarada como problema. A relação educação/trabalho não pode ser pensada de forma reducionista, como mercado de trabalho, e sim na perspectiva da formação integral dos educandos.

No tocante ao financiamento, entendemos que os alunos da EJA têm direito a um tratamento isonômico em relação aos do Ensino Fundamental e Médio, e os representantes do sistema municipal e estadual de educação podem contribuir para que isso se efetive. Por último, mas não menos importante, fazem-se necessárias ações integradas entre as esferas federal, estadual, municipal e da sociedade civil para a garantia da efetivação do direito à educação.

Quanto à alfabetização, os esforços operados nos primeiros anos das séries iniciais são fundamentais para se evitar o aumento da quantidade de jovens e adultos analfabetos e, a médio e longo prazo, para que se busque reduzir os índices de analfabetismo. No entanto, os jovens e os adultos que ainda não sabem ler e escrever fazem parte daquela parcela da população duramente castigada pelas desigualdades sociais; merecem, portanto, políticas públicas que contemplem suas especificidades para a garantia do direito à base mínima do conhecimento letrado, se a educação for considerada como direito humano fundamental, em sua mais ampla acepção (BRASIL. MEC: 2012). Portanto, a questão da priorização da educação de crianças carece de suporte ético e legal, uma vez que o direito à educação em qualquer idade é um direito subjetivo e inalienável. Olhando-se para o que dita a mais recente Constituição sobre o direito à educação em todos os níveis, essa modalidade de ensino-aprendizagem ainda precisa avançar sensivelmente (DI PIERRO & HADDAD, 2000; 2015).

Considera-se que estudantes e professores do PBA e da EJA são conscientes da importância da frequência à escola, pelo que estão aprendendo e pela oportunidade de socialização, mas fica claro o reconhecimento por estes da precariedade dessas políticas em relação ao que podem compreender como escola e educação, em sua complexidade.

Em relação ao PBA, os gestores, secretários de educação e coordenadores de EJA avaliaram-no como bom programa – mas insuficiente e com muitas falhas. Podemos inferir que há consenso em relação às mudanças que devem nele ser efetuadas. Um dos gestores acredita que o programa esgotou suas possibilidades e sugeriu sua extinção, com o repasse dos recursos aos municípios para que estes possam contratar, por meio de concurso público, alfabetizadores com maior qualificação. Além disso, e simultaneamente, fazer investimento concreto e significativo na formação continuada dos alfabetizadores, de modo que estes estejam preparados para responder a essa demanda, bem como estabelecer dotação orçamentária para remuneração desses profissionais compatível com sua responsabilidade e com o papel que desempenham. Destaca-se, ainda, o envolvimento e a dedicação dos coordenadores da EJA e do PBA do município com o trabalho que desenvolvem, e que muito vem contribuindo para uma mudança de mentalidade dessa modalidade de ensino.

A gestão dos programas de EJA é outro aspecto a ser destacado. Identificou-se a necessidade de se potencializar o regime de colaboração e a intersetorialidade da EJA, o que implica múltiplos desafios e requer parcerias, envolvimento e compromisso no processo educativo. Um ponto levantado pelos gestores, alguns professores e alunos, é o que se refere ao preconceito existente por parte de gestores das escolas que abertamente dão tratamento diferenciado a tudo o que tenha ligação com a EJA, bem como aos professores, apesar de hoje ela estar formalmente ligada à educação básica. Relatam que, aos poucos, esse tratamento está se transformando, mas ainda é presente. A discriminação e o preconceito ainda é uma realidade nas escolas entre os professores, com relação aos professores que trabalham na EJA; entre os alunos do ensino regular com relação aos alunos da EJA; entre alguns professores em relação aos alunos da EJA, e entre os gestores com relação aos professores e alunos da EJA.

Outro ponto identificado está relacionado à necessidade dar tratamento diferenciado e contextualizado para as populações difusas das comunidades rurais de adultos e jovens, sobretudo em relação a adultos que, ao concluírem a alfabetização, não dão continuidade aos estudos – em geral, isso acontece por depararem com a reprodução de um modelo de escolarização que simplesmente não funciona e está esgotado –, bem como em relação a jovens e adultos que estão nas escolas situadas na sede das cidades, mas que têm vinculação com o universo rural e a agricultura. Torna-se necessário pensar em novo modelo de escolarização diferente do que está posto para essa população, uma vez que o atual modelo e paradigma de escola e de escolarização não atende mais nem as necessidades, nem os anseios desses educandos e suas comunidades –

sobretudo entre os mais jovens, que são “excluídos”, transferidos compulsoriamente do ensino regular para a EJA –, e nem os desafios impostos pela sociedade do conhecimento.

Considera-se importante também, com base no que declararam alunos e professores, promover formação continuada ao professor em Educação de Jovens e Adultos e também em informática educativa, uma vez que se observa nas visitas ao município que as escolas possuem laboratório de informática educativa, quase sem uso. Em conversas informais com educandos e professores e também nos grupos focais, fica evidente que esses laboratórios são pouco utilizados ou subutilizados em seu potencial de favorecer aprendizagem significativa e contextualizada. Contextualizar conteúdos é reconhecer, em primeiro lugar, a importância do cotidiano dos estudantes no processo educativo e mostrar e demonstrar que os conhecimentos gerados nesse processo de ensino-aprendizagem podem ter aplicação prática na vida das pessoas, de forma geral. Significa compartilhar elementos para que os estudantes apreendam o saber não como armazenamento de conhecimentos técnico-científicos, mas como potencial para enfrentar o mundo de significações e em suas significações. Contextualizar implica, portanto, uma seleção de conteúdos diretamente a assuntos, problemas e contextos ligados à vida da comunidade (FREIRE, 2003; MACHADO, 2012).

Recuperar o sentido da ação educativa, ou procurar decifrar o que move a educação e a educação de jovens e adultos, faz parte do propósito contido nos princípios que vêm norteando a prática dos profissionais que trabalham com EJA no estado do Ceará. De algum modo, procura-se com essa pesquisa recuperar o sentido da educação de jovens e adultos e de suas práticas. Os resultados e as análises darão norte para que se possa prosseguir e transformar o que se fizer necessário.

As ações intergovernamentais mostram-se um caminho acertado na melhoria da EJA, já que grande parte dos recursos das ações do município nessa modalidade se dá por meio do financiamento de programas da União, como PBA, PROJOVEM e PROEJA. Construir novos horizontes para a modalidade no município, os quais proporcionem ultrapassar o patamar do mínimo almejando-se uma educação mais motivadora, implica fortalecimento dos laços entre União, Estado, Município e sociedade civil, com financiamento suficiente para alcançar-se uma educação de qualidade referenciada socialmente.

CONCLUSÕES

Em conclusão, entende-se que somente nesse esforço conjugado será possível assegurar a continuidade da escolarização de jovens e adultos. Para vencer os desafios da EJA, é preciso que esta deixe de ser concebida na perspectiva da falta, da carência e do imprevisto, e que a escola passe a ser território de fortalecimento da identidade de um grupo social que tem sido vítima da exclusão, do preconceito e de uma política de negação de direitos.

A sociedade pode cumprir papel importante no aprofundamento da compreensão da EJA como um direito. O Fórum de EJA do Ceará promove reuniões regulares e formação de educadores de EJA, debatendo e enfatizando essa perspectiva e apresentando ao Estado, quando tem oportunidade – em seminários, encontros anuais – que essa modalidade necessita dos esforços estatais, nas várias esferas administrativas, para que o artigo 205 da Constituição Federal seja efetivado.

Em relação ao financiamento a pesquisa revela que ainda que a EJA seja hoje contemplada pelo FUNDEB, os recursos ainda são insuficientes, pois o cálculo do valor/aluno da EJA é diferente do que é feito com relação ao aluno do ensino regular, distorção que merece ser solucionada. Tal situação acaba por reafirmar uma prática inadequada de professores de EJA, ou seja, os professores passam a trabalhar como se sua prática fosse quase um ato de amor e doação. A valorização dos docentes é urgente, o que pode ser realizado com efetivo estímulo à formação dos professores e à atração de profissionais mais preparados, com formação direcionada à EJA.

Finalmente, é necessário acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, de sua aprendizagem e das mudanças ocorridas em sua vida, garantindo-lhes continuidade nos estudos, desde o seu ingresso na EJA. Enfim, ainda há muito que se avançar para que esse espírito de transformação contagie e motive educandos e educadores, para que se tornem agentes de mudança pessoal e social. A análise desse quadro e identificação de suas deficiências, no entanto, já é um primeiro passo nessa direção.

REFERÊNCIAS

BRASIL, MEC. **Diretrizes e princípios do processo formativo do PBA**. Disponível em: <http://portalme.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17457&Itemid=817> Acesso em outubro de 2012.

BRASIL, MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 28 out. 2012.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG). Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará (Ipece). **Informações georreferenciadas e especializadas para**

os 184 municípios cearenses. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo3/34.htm>>. Acesso em: 15 set. 2012.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG). Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará (Ipece). **Boletim da Conjuntura Econômica cearense. 1º trim. 2012.** Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/ipececonjuntura/IPECECONJUNTURAN11trim.pdf>>. Acesso em: out. 2012b.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, VI. **Marco de Ação de Belém.** Resumo Executivo. UNESCO, MEC, 2010

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2003.

HADDAD, Sérgio & DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, maio-agos 2000, 108-130.

_____. Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cad. Cedes**, Campinas, n.36, p. 197-217, maio-ago 2015.

JARA, Oscar. **O desafio e a paixão de aprender.** Disponível em: <www.sites.google.com/site/educandoparaliberdade>. Acesso em: 31 ago 2012.

MACHADO, Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> 161.

RIBEIRO, Vera Masagão; HADDAD, Sérgio; CATELLI JR., Roberto. **A EJA em cheque: desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI.** São Paulo: Global Editora/Ação Educativa, 2011.